

Resenha

Recebido: 20.09.2020

Aprovado: 25.09.2020

Publicado: 29.03.2021

DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v9i1.7570>

Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica

Fádia Yasmin Costa Mauro

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7606-7506>*Loiane Prado Verbicaro*

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3259-9906>*Thayná Monteiro Rebelo*

Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7958-4453>

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020. 2018. p. 09-242.

O livro resenhado “Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica”, das filósofas Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, publicado no Brasil pela Editora Boitempo, em 2020, foi objeto de discussão no Grupo de Pesquisa (CNPq/UFPA) “Filosofia Prática: Investigações em Política, Ética e Direito”, vinculado à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará e suscitou um rico debate sobre o profícuo trabalho das autoras, resultando na elaboração da presente resenha.

A ideia da publicação do livro sobre o capitalismo e a teoria crítica surgiu em decorrência das inquietações oriundas das crises e momentos turbulentos da ordem capitalista, especialmente com os impactos advindos do avanço da etapa financeirizada do capitalismo. O livro é o resultado de um debate entre as autoras, por intermédio de conversas, palestras, viagens em comum e seminários ofertados em Nova Iorque, Berlim, Paris, Cambridge e Frankfurt.

Nancy Fraser é professora de ciências políticas e sociais da *New School* em Nova Iorque, doutora em filosofia pela Universidade de Nova Iorque e intelectual politicamente engajada nas discussões sobre feminismo, teorias da justiça e do

reconhecimento, capitalismo e neoliberalismo, sendo uma grande expoente na teoria crítica. Rahel Jaeggi é professora de filosofia prática na Universidade Humboldt, em Berlim, com uma jornada na teoria crítica de grande reconhecimento em razão de sua discussão sobre críticas às formas de vida.

As autoras apresentam uma crítica renovada ao capitalismo. Iniciam com a exposição do diagnóstico segundo o qual, por um longo período, o capitalismo esteve ausente dos debates políticos, intelectuais e até mesmo da teoria crítica. No entanto, o interesse pelo assunto vem aumentando, diante da percepção de inerentes e profundas crises do sistema. Nesse sentido, Fraser e Jaeggi retomam a centralidade do capitalismo, não só sobre uma visão tradicional economicista, mas considerando-o como uma ordem social institucionalizada que abriga múltiplas tendências de crises e contradições, como expõe Fraser, ou ainda, enquanto imbricado nas “formas de vida”, segundo a perspectiva de Jaeggi.

As autoras atribuem o afastamento da discussão sobre o capitalismo, desde o período entreguerras até a ascensão de governos considerados como democráticos, à predominância, no debate acadêmico, do liberalismo filosófico que enfatizou a discussão sobre justiça distributiva, com destaque para a influência de John Rawls e a inclusão da igualdade enquanto princípio de Justiça. Fraser menciona um turvamento de fronteira entre a teoria crítica e o liberalismo, sendo difícil dizer o momento que acaba o liberalismo e começa a teoria crítica¹. Nessa perspectiva, nota-se o enfraquecimento do poder de crítica da teoria crítica.

O enfraquecimento das pautas da teoria crítica, deve-se, em especial, ao pensamento habermasiano, ao tratar da colonização do mundo e da vida, retirando-se a esfera econômica do âmbito da crítica. Nesse sentido, a economia capitalista seria algo a ser domesticado por meios políticos ou por outros, porém, sem acesso crítico à própria economia. Segundo Fraser, a questão não seria mais a invasão da sociedade pela economia, como na tese da colonização de Habermas, que se estrutura na divisão entre o mundo da vida e o mundo dos sistemas (sistema dualista e dicotomizante), mas de defeitos na forma e no conteúdo das próprias práticas econômicas e das instituições.

Diante do afastamento do capitalismo como pauta social e acadêmica, abriu-se espaço para explorar uma ampla gama de questões culturais como gênero, raça, sexualidade e identidade, a partir de um estudo crítico, sem subordinação à economia. A proposta das autoras, no entanto, enseja reviver o equilíbrio dessas pautas com a dimensão econômica, para perceber a profunda relação destas, sendo insuficiente uma análise apartada. É importante destacar a dimensão economicista da vida social por meio de questões de redistribuição e questões de reconhecimento, aprofundando a análise a partir da incorporação dos *insights* do pensamento feminista, da teoria cultural, do pós-estruturalismo, do pensamento pós-colonial e da ecologia.

O livro estrutura-se em quatro capítulos, que serão abordados a partir dos tópicos dessa resenha, focalizando-se a multidimensionalidade do capitalismo atual, que não é só econômica e financeira, mas também ecológica, política e social, sendo o objeto da discussão das autoras a relação entre crise do sistema e luta social.

¹ Para a teoria crítica, as desigualdades do capitalismo são sistêmicas; para o liberalismo igualitário, são acidentais. A teoria crítica deve apresentar uma dimensão normativa (crítico-normativa) que se conecte com uma análise das estruturas e dos processos que originam as injustiças sistêmicas na sociedade capitalista, objetivando a transformação dessa ordem.

Conceitualizando o capitalismo

O capítulo trata dos elementos centrais de todas as formações sociais capitalistas, pois para direcionar a crise atual como sendo fruto do capitalismo é preciso entender elementos comuns de todas as sociedades capitalistas, mesmo que haja variações em suas formas de conduta. Segundo Jaeggi, a conceituação do capitalismo tem que levar em conta duas dimensões: uma vertical – variedades de capitalismo – e outra horizontal – relacionada aos momentos históricos. Fraser destaca a historicidade inerente ao capitalismo, sendo a comprovação da sua transformação da fase mercantil em liberal, posteriormente na variante do dirigismo estatal até o capitalismo financeirizado neoliberal.

Jaeggi inicia postulando três características definidoras do capitalismo. Primeiro, a propriedade privada dos meios de produção e a divisão de classe entre proprietários e produtores, tendo como característica crucial a separação das pessoas de seus meios de trabalho e subsistência. Segundo, a instituição de um mercado de trabalho livre, com a suposição de que os trabalhadores são livres e iguais diante da legitimidade jurídica dos contratos de trabalho². Terceiro, a dinâmica de acumulação de capital, orientada ao lucro, não à satisfação de necessidades, em que a busca pela riqueza se torna um fim em si, não dirigida à satisfação de carências.

Nesse sentido, essa estrutura, mesmo que ortodoxa, apresenta as grandes transformações da consolidação da sociedade capitalista. Fraser alerta que uma das consequências mais perversas do capitalismo é a entrega dos assuntos humanos mais importantes ao mercado, o que, para Jaeggi, orienta nossas relações com o mundo em termos de valores instrumentais, em oposição aos valores intrínsecos.

Segundo Jaeggi, a liberdade e a igualdade são efetivamente realizadas no capitalismo e, de fato, precisam ser realizadas para que o sistema funcione. Ao mesmo tempo, não são cumpridas, haja vista que a realidade das relações de trabalho capitalistas parece minar e contradizer essas normas, e não de modo accidental. Para Fraser, o capitalismo realiza interpretações fracas e liberais de liberdade e de igualdade, ao mesmo tempo que nega sistematicamente os pré-requisitos sociais para interpretações mais profundas e adequadas, para as quais ele, simultaneamente, convida e, insensivelmente, frustra.

Jaeggi retoma a sua estrutura de três elementos centrais para adicionar a centralidade dos mercados na sociedade capitalista, como um quarto elemento. Diante das variações dos mercados, inclusive existindo em sociedades não capitalistas, é necessário fazer uma especificidade do mercado capitalista. Fraser, acrescenta a ideia, chamando atenção para a organização da produção por meio da exploração do trabalho como produtor da mais-valia, sendo crucial ao capitalismo, mais do que o próprio mercado, pois somente com a exploração ocorre a acumulação.

Para essa análise, Fraser cita Karl Polanyi ao afirmar que os mercados dependem, para a própria existência, de relações sociais não mercantilizadas, que fornecem condições de possibilidade de fundo. As sociedades não podem ser comodificadas (mercantilizadas) até o fim. Segundo Jaeggi, a sociedade não funciona de maneira mais adequada caso a comodificação seja total, pois essa totalização é autodesestabilizadora. Dessa forma, os mercados dependem de relações sociais não mercantilizadas, como as atividades reprodutivas.

² Porém, a liberdade do trabalhador é paralela à sua vulnerabilidade, no momento em que a sua escolha pelo não trabalho o levará à precariedade da vida, dessa forma, questiona-se a liberdade ofertada pelo capitalismo.

A diferença dos mercados nas sociedades em geral e nas capitalistas é o modo de utilização dos bens produzidos, podendo ser para distribuição e para alocação. A especificidade dos mercados capitalistas é focalizada na alocação dos mercados, como forma de nortear como as riquezas e energias são investidas, a partir da mercantilização de todos os insumos da produção. Assim, é notório no capitalismo a estruturação de como se dará a alocação do excedente, decisões essas que são destinadas ao mercado e não ao interesse coletivo. Desse modo, ocorre a monetarização dos valores da vida, a anomalia e o desenraizamento dos mercados de limitações externas, como sociedade, política, ética, sendo inerentes do capitalismo.

Para além desses elementos ortodoxos e mais tradicionais, Jaeggi, pensa o capitalismo não a partir de uma dinâmica que determine todos os aspectos da vida de maneira unilateral e unidimensional. É preciso dar conta de uma rede nuançada e complexa de dinâmicas que abarquem múltiplos domínios da sociedade, dos quais a economia é um domínio importante e central, mas não o único. Por meio dessa amplitude de conceitualização do capitalismo, Fraser argumenta que o plano econômico da sociedade capitalista, como sendo o primeiro plano, requer um plano de fundo não econômico, como forma de entender a razão capitalista imbricada em todos os âmbitos da vida.

Fraser pretende ampliar o “método marxiano”, acrescentando mudanças epistêmicas implicadas na análise do capitalismo, que Marx não desenvolveu, e que são importantes para uma concepção adequada do capitalismo do século XXI. Essa forma de estruturar o capitalismo propicia uma mudança epistêmica no modo de idealizar o sistema, além de permitir que essa lógica seja transparecida não como uma teoria linear e idealizada, mas sim como uma série de rompimentos, transformações e rupturas que ocorrem as margens da consolidação econômica, mas que são essenciais para entender sua dinâmica e elementos centrais.

Primeiramente, Fraser analisará o deslocamento da produção de mercadorias para a reprodução social, teorizada por feministas marxistas e socialistas. Discute-se aqui as formas de prover, cuidar, interagir que produzem os indivíduos e mantêm os laços sociais. Com o capitalismo, houve o obscurecimento da importância social do trabalho reprodutivo, no sentido de que aqueles que realizam o trabalho reprodutivo são estruturalmente subordinados àqueles que recebem salários. No entanto, a atividade reprodutiva é necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo, desse modo, não são partes dissonantes.

A ideia centra-se na compreensão segundo a qual não há trabalho sem atividade reprodutiva. A exploração do trabalhador e a existência do trabalho só existem por meio da criação, socialização, escolaridade, cuidado das crianças até a sua fase adulta, desse modo, a reprodução social é uma condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista. Esse ponto é notório na teoria feminista-marxista, porém ignorado pelos principais pensadores de Marx. O capitalismo afastou e escondeu a atividade reprodutiva como combustível para a produção das mercadorias. Esse fato é marcado pela opressão de gênero, uma vez que essa atividade foi posta em âmbito privado, apartada de uma proteção social. Dessa maneira, aqueles que realizam a atividade reprodutiva estão subordinados aos que realizam a tarefa de produção de mercadoria capitalista.

No entanto, essa divisão feita pelo capitalismo não é uma forma de resgate ou nostalgia ao período pré-capitalista, mas sim a teorização de que tal divisão ocorreu pelo capitalismo, não sendo um aspecto natural da sociedade. Isso importa na análise de Fraser, enfatizada por Marx, segundo a qual a ascensão do capitalismo

gerou muitos desenvolvimentos positivos e emancipatórios, não sendo possível, para as autoras, uma idealização das sociedades pré-capitalistas, que, em grande medida, eram hierarquizadas e não igualitárias.

O segundo ponto, para Fraser, em seu aspecto de análise do plano de fundo, é sobre a oposição da natureza humana à não humana, teorizada pelo pensamento ecomarxiano e ecossocialista. Trata-se da anexação da natureza não humana, como se fosse um bem e recurso ilimitado e gratuito, pelo capital, sem reposição e compensação. A concepção capitalista entende o domínio natural como um fornecedor irrestrito para que a natureza humana transforme os recursos em bens. Essa exploração e apropriação é ainda mais conflitiva pelos ataques do neoliberalismo em que, por meio dos novos cercamentos da natureza, apropria-se cada vez mais de elementos naturais, por meio das tecnologias. O neoliberalismo, dessa forma, não oferece qualquer reconciliação com a natureza, mas sim intensifica a comodificação e a anexação ao capital. Esse fato propicia uma contradição ecológica fundante ao capitalismo, visto que o sistema desestabiliza as suas condições naturais de existência.

A terceira mudança pertence à relação entre economia e política: o poder político molda economias e sociedades capitalistas. Os poderes públicos e políticos são necessários para legitimar as normas e regras do sistema capitalista, pois não há possibilidade de sua estruturação sem normas jurídicas que o legitimem. Essa ideia permite Fraser afirmar que o Estado constitui a economia do sistema capitalista, e essa concepção abrange tanto o âmbito do Estado nacional quanto o nível geopolítico, diante do cenário neoliberal e expansionista do capital. Essa relação gera uma crise política da sociedade capitalista, como afirma Fraser. Isso porque essa crise está ancorada numa contradição, pelo fato de que economia, a um só tempo, depende e tende a desestabilizar os poderes políticos.

Fraser e Jaeggi seguem para discutir a relação entre raça, imperialismo e expropriação no capitalismo, haja vista que o plano de fundo da história do capital permite que se entenda o sistema de forma alargada. Para essa relação, deve-se entender que a acumulação primitiva tem uma história violenta de roubo, como já teorizado por Marx. O capital foi estocado no início do sistema por um processo sangrento, primeiramente pela exploração, que ocorre por meios institucionalizados e jurídicos da livre troca contratual, o que valoriza o capital, a exemplo do contrato de trabalho. E pela expropriação, sendo um processo confiscatório contínuo essencial à acumulação em um sistema propenso à crise, em que se apropria não só do trabalho, mas também confiscando animais, terras, ferramentas, minerais e todas as capacidades para a consolidação do capitalismo.

Segundo Fraser, essas separações são borradas no momento que uma não existe sem a outra. Além dessa dependência, a distinção desses dois meios de acumulação perfaz por meio da concepção de liberdade, igualdade e legitimidade jurídica da exploração, vista por meio do trabalho, no momento em que os trabalhadores são seres livres e detentores de proteção estatal, enquanto a expropriação incorre em sujeitos não livres e dependentes, mas que não têm qualquer tipo de proteção política e social, a exemplo dos colonizados, criminosos condenados, escravizados.

No capitalismo atual, a expropriação está em ascensão, alcançando os indivíduos explorados, a exemplo dos empréstimos impagáveis concedidos pelos setores financeiros e pelas políticas que transferem serviços públicos para o capital empresarial internacional e finança global. Trata-se de um entrelaçamento entre exploração e expropriação. Esse diferencial de status coincide com a raça, visto que são as populações racializadas que são inerentemente expropriáveis. A imbricação desses elementos é necessária tendo em

vista que a exploração de uns ocorre em razão da expropriação de outros, e a raça é uma das marcas que distingue os sujeitos suscetíveis à expropriação. A produção capitalista depende da expropriação dos sujeitos mais vulneráveis para baratear a produção e acumular de forma constante.

A expropriação é uma condição contínua do capitalismo, por de trás da concepção de acumulação legítima – explorável. Dessa forma, o sistema capitalista está em constante busca de elementos, terrenos, sujeitos para expropriação, pois a sua acumulação só é permanente por meio dessa violência aos mais vulneráveis. A raça, então, é o elemento central de divisão de quem é explorado e quem é expropriado, além de ser constitutiva para a liberdade aludida pelo capitalismo, tendo em vista que sem expropriação não há condições de se sustentar a ideia de liberdade por meio do trabalho.

Historicamente, o centro capitalista apareceu como o coração emblemático da exploração, enquanto a periferia como o local icônico da expropriação. Essa geografia era explicitamente racializada, assim como a hierarquia de status associada a ela, diante da dicotomia de cidadãos metropolitanos x sujeitos coloniais; livres x escravos; europeus x nativos; brancos x negros. As formas contemporâneas de expropriação não se restringem mais a essas divisões, em vista de que o neoliberalismo impõe a expropriação como elemento central e cada vez mais aparente, permeando todas as relações sociais e econômicas do globo. A expropriação, atualmente, é elemento central para que o capitalismo lide com suas crises, no momento em que expropria ainda mais os sujeitos não livres e dependentes como forma de abrandar os grupos sociais que ameaçam o capital em tempos de instabilidade econômica.

À luz da discussão feita até aqui, as autoras retomam a ideia de conceitualizar o capitalismo, repaginando o modo ortodoxo e unidimensional de compreensão nos moldes marxistas. Desse modo, Fraser pretende afastar-se de uma visão totalizante e aponta para a existência de camadas da interação social que são componentes essenciais de uma sociedade capitalista, mas que não são governadas por normas de mercado.

Fraser entende o capitalismo como uma ordem social institucionalizada, o que permite inclusive superar a lacuna teórico-social entre sistema e mundo da vida, daí sua estrutura entre produção/reprodução; economia/política e natureza humana/não humana, sendo separações institucionais que são constitutivas da ordem capitalista.

Assim, Fraser e Jaeggi finalizam o primeiro capítulo de seu livro com a formulação do que é capitalismo e quais são seus elementos estruturantes e centrais em todas as suas sociedades. Os domínios não econômicos do capitalismo servem como condições de fundo que possibilitam sua economia, que, por sua vez, depende, para a própria existência, dos valores e insumos daqueles. O plano de fundo não econômico fornece recursos para a luta anticapitalista, sendo parte da sociedade capitalista. Essas questões integram a visão alargada do capitalismo como ordem social institucionalizada.

Historicizando o Capitalismo

O segundo capítulo discute a historicidade do capitalismo, para entender como os períodos do sistema mudam ao longo dos anos, de acordo com cada fase ou estágio. A ordem social histórica permite que o capitalismo seja melhor entendido como ordem social institucionalizada. Essa análise propicia o entendimento

histórico sobre a acumulação, tendo em vista o plano de fundo do capitalismo, dessa forma, não se restringe apenas ao plano econômico, englobando a discussão sobre reprodução, política e natureza não humana, proposta por Nancy Fraser no primeiro capítulo. Assim, o capítulo focará na dimensão diacrônica.

A importância dessa visão histórica, levando em conta o primeiro plano e o plano de fundo, diz respeito que os períodos históricos do capitalismo mudam e transformam-se em próximos estágios não apenas por meio da relação econômica. Seria insuficiente entender que as rupturas se dão pelo aspecto economicista, visto que as interações do plano de fundo são cruciais para a estabilidade e questionamento de cada estágio. Assim, ambos os planos precisam ser historicizados.

Os estágios ou fases do capitalismo sinalizam que cada momento histórico vigente se perfaz por um modo de acumulação específico. Diante disso, cada regime tem um modo provisório de lidar com suas instabilidades – representando, aqui, pela interação entre produção/reprodução; economia/política e natureza humana/não humana.

As sociedades capitalistas estão sempre situadas sobre uma pluralidade de tendências à crise (crises sistêmicas) com potencial de ruptura nos aspectos políticos, ecológicos e social-reprodutivos. Assim como, também apresentam tendências a crises que são internas à economia e expressas de formas especificamente econômicas, como queda das taxas de lucro, ciclos de crescimento-falência, desemprego em massa, transferência do capital da produção à finança. Dessa forma, cada regime emerge da situação específica de crise do regime anterior e busca superar os impasses do último.

As autoras esclarecem, antes de adentrar na historicidade de cada regime capitalista, como se constrói a dinâmica de crise que formará uma nova forma de acumulação. Fraser sinaliza que as transformações no interior da história do capitalismo se dão pelas lutas de classe, como teorizada por Marx, em que se questiona a exploração e a distribuição do excedente do trabalho. Porém, a autora amplia também para as lutas de fronteira, contribuição de Polanyi, as quais são os questionamentos feitos pelas divisões constitutivas do capitalismo, ou seja, os elementos do plano de fundo.

O primeiro estágio do capitalismo foi o mercantil ou comercial, do século XVI ao XVIII. Nessa etapa, a economia e o Estado eram conectados, no momento em que normas morais ainda regulavam o comércio, especialmente nos governos absolutistas, além de que o trabalho e as terras ainda não eram tratados como mercadorias. Havia, dentro dos Estados europeus, uma regulação comercial, que estava perdendo força internacionalmente. Com o tempo, a desregulação cada vez mais expandida no comércio exterior propiciou os questionamentos da centralização nos territórios nacionais. Assim, surgiu o liberalismo como novo meio de acumulação e de crítica ao controle do Estado na economia.

A nova ordem, no século XIX, foi denominada de capitalismo liberal, em que o comércio interno primou pelas normas econômicas em vez das limitações políticas, diante da ideia de oferta e demanda. Essa fase introduziu uma ordem jurídica de prevalência do contrato, da propriedade privada, mercados e indivíduos livres. A liberdade do centro – ou ao menos acobertada pela exploração do assalariado – foi assegurada pela expropriação da periferia, por meio do controle e consolidação do poder imperialista, que implementou uma política de expropriação das populações colonizadas. A sua instabilidade ficou evidente por meio das lutas de classe, rebeliões coloniais, guerras imperialistas e, primordialmente, pela Segunda Guerra Mundial, eventos, esses, que questionaram a ideologia presente.

Em meados do século XX, o capitalismo administrado pelo Estado suplantou o liberal. Esse estabeleceu-se por meio do retorno do controle pelo Estado para evitar e estabilizar as revoluções, fortalecido pelo sistema de Bretton Woods. A implementação do pleno emprego, estabilidade do salário, ascensão do consumo pela classe média, fortalecimento dos sindicatos e infraestrutura foram alguns dos fatores de estabilidade desse estágio por algumas décadas. Porém, as baixas taxas de lucro e a grande expansão do salário e da distribuição foram pontos para a crise, saudando o retorno da economia autorregulada.

O quarto e atual estágio é o capitalismo financeirizado, em que os Estados perderam o domínio tradicional sobre a economia cada vez mais expandida e internacional, o que deu espaço para uma governança transnacional, em que o Estado é auxiliador e suporte necessário para a movimentação global do capital. A política neoliberal é de austeridade dos gastos públicos, o que põe a exploração e a expropriação como regra, atingindo as populações mais subjugadas. A acumulação dessa fase estabelece-se pelo esvaziamento de normas trabalhistas, sociais, ambientais, permitindo um processo de marginalização da democracia.

O capitalismo vigente estabelece profundos questionamentos sobre a democracia. Fraser faz referência a Streeck, em sua tese *Tempo Comprado*, que rejeita uma possível combinação entre democracia e capitalismo, argumentando que os dois sistemas estão em tensão um com o outro e parecem ser compatíveis por pouco tempo.

A partir disso, as autoras centram a análise dos estágios do capitalismo para historicizá-los com base nas diferentes esferas. Primeiramente, as mudanças de cada regime impactaram a divisão entre produção e reprodução.

O capitalismo mercantil fundou-se pelas atividades de reprodução distantes da ação estatal. Ainda, houve a grande ruptura da relação dos vínculos sociais, como estruturados nas sociedades pré-capitalistas, por meio do saque dos camponeses, a escravização dos africanos, expropriação dos povos indígenas, com indiferente desprezo pela família, comunidade e parentesco. O capitalismo liberal desacoplou a reprodução social de formas mais amplas de vida comunitária, com o domínio das mulheres na vida privada. Esse regime inventou um novo imaginário burguês centrado na diferença de gênero e na separação das esferas de produção e reprodução, em que o Estado não assume responsabilidades pela reprodução da vida, construindo a concepção de esferas separadas.

Na fase do capitalismo administrado pelo Estado centralizou a responsabilidade pública pela reprodução, por meio de instrumentos de pensão, seguridade social, previdência. O ideal de separação das esferas do capitalismo liberal atenuou-se. O homem que recebia salário deveria conseguir sustentar a família, permitindo que a mulher se dedicasse à família, o que mudou o imaginário sobre o gênero. Esse era um ideal realizável especialmente aos países centrais do capitalismo. Populações periféricas foram excluídas desses arranjos, que se basearam na continuidade da predação do sul global. No entanto, o salário familiar institucionalizava a dependência das mulheres e a heteronormatividade, o que foram pontos de questionamento das lutas sociais.

O predomínio dos valores tradicionais e eurocêntricos estabeleceu a convergência contraintuitiva de forças. De um lado, a nova esquerda contra o racismo, sexismo, imperialismo e em defesa da proteção social, do outros, os neoliberais, primando pela criatividade empreendedora e eficiência. Ambos levantaram

a bandeira da emancipação, convergindo falaciosamente, mas que o neoliberalismo progressista logo encarregou-se de eliminar os partidários da proteção social.

A ordem de gênero, no capitalismo neoliberal, foi constituída sobre as ruínas do salário familiar, por meio da queda dos salários e precarização das relações trabalhistas. Essa realidade inviabilizou a sustentabilidade familiar com um único salário (transformação neoliberal do mercado de trabalho). Ademais, juntou-se com a força do feminismo que deslegitimou a dependência das mulheres de um provedor masculino, surgindo o ideal da família com dois salários, com o aumento do número de horas destinadas ao trabalho, o corte de serviços públicos e a insuficiência do salário para pagar os custos da reprodução. O capitalismo financeirizado espremeu a reprodução social a um ponto de ruptura. Assim, essa nova relação mercantilizou o trabalho reprodutivo aos mais pobres.

A historicidade da divisão entre produção e reprodução conduziu as autoras para fazer o mesmo em relação à exploração e expropriação, como forma de melhor compreender como a exploração se baseou e ganhou legitimidade ao longo das fases do capitalismo por meio da expropriação. Fraser inicia essa análise, abordando que em certas fases capitalistas exploração e expropriação estavam tanto geográficas quanto demograficamente distantes, no momento em que a exploração se dava no centro europeu pelos trabalhadores brancos e a expropriação na periferia impostas as pessoas não brancas. No capitalismo mercantil, a expropriação teve mais peso, dentro de um processo de consolidação capitalista e extinção do feudalismo, com o saque de terras, corpos e riquezas minerais.

A expropriação conectou-se de forma um pouco mais equilibrada com a exploração no capitalismo liberal, por meio da instauração do trabalho nas fábricas, construindo a ideia de sujeitos livres, cidadãos e protegidos pelo Estado, os quais vendiam a sua força de trabalho em troca de salário. Essa atividade só existiu com a expropriação da periferia colonizada, que fornecia a matéria-prima ao centro. No capitalismo administrado pelo Estado instaurou uma ligação mais forte da exploração e da expropriação, apesar de ainda haver casos de separação, especialmente com a hierarquização entre a remuneração de trabalhadores brancos e não brancos e a desproteção social e política dos afro-americanos.

Hoje, ocorre uma imbricação dessas, em que em uma ponta tem-se uma massa crescente de sujeitos expropriáveis e desamparados; na outra, a diminuição das categorias de trabalhadores protegidos e explorados; no meio, uma figura híbrida, formalmente livre e muito vulnerável, o trabalhador cidadão expropriável e explorável. A expropriação no neoliberalismo se universaliza, atingindo não apenas as populações subjugadas, que a enfrentam historicamente, mas também as populações que foram, tradicionalmente, exploradas e tratadas como detentoras de direito e cidadã. Vale chamar atenção, no entanto, que apesar da grande correlação entre as duas “ex”, ambas continuam racializadas.

Nesse sentido, o capitalismo e todas as suas fases produzem uma série de dominação e opressão, as autoras convergem em não hierarquizar cada uma dessas marginalizações, como forma de construir uma teoria unificada, que questione todos os meios de contradição do sistema. A proposta, dessa forma, é o questionamento de todas as opressões em todos os âmbitos da vida, para além da ideia tradicional de luta de classes, mas sim envolvendo gênero, raça, ecologia, a fim de, de fato, teorizar o capitalismo como uma ordem social institucionalizada. Torna-se difícil vislumbrar um caminho democrático para um capitalismo não racial e não sexista. Por isso, Fraser finaliza o capítulo, defendendo uma transformação estrutural da

matriz social como um todo, fator que abre espaço para as autoras estruturarem a sua crítica ao capitalismo.

Criticando o Capitalismo

O capítulo centra-se em analisar o que há de errado com o capitalismo, assim como qual a crítica e os seus fundamentos cabíveis para a construção de uma teoria crítica ao sistema.

Jaeggi introduz o capítulo delimitando que a crítica ao capitalismo deve ser específica a esse sistema, uma vez que há inúmeras delas que não podem ser postas ao capitalismo integralmente, mas sim à sociedade ou à modernidade em geral. Além disso, a autora chama atenção de que a análise crítica a esse sistema não pode partir da ideia de que todos os males são frutos do capitalismo, uma vez que isso é uma falácia. Ademais, há elementos de crítica como uma perspectiva nostálgica de retorno necessário para as organizações pré-capitalistas, assim como há críticas com elementos conservadores e autoritários. Dessa forma, é crucial compreender quais os elementos de crítica possam ser considerados exatamente como oriundos do capitalismo.

Então Jaeggi delimita, no primeiro momento, a crítica em três estratégias argumentativas: a funcionalista, que argumenta a disfuncionalidade do capitalismo e sua propensão a crise; a moral, que entende o sistema capitalismo como moralmente incorreto e pautado na exploração; por fim, a ética, com a ideia de que vida capitalista é ruim, empobrecida, sem sentido e alienada.

A crítica funcionalista entende que a organização social com base no sistema capitalista é disfuncional, não podendo consolidar um sistema econômico e social saudável aos seus habitantes, assim como essa estrutura é propensa a crises em várias dimensões: ecológica, econômica, política e social. O capitalismo destrói as próprias condições de existência. A ideia funcionalista decorre de outras duas teorias: da pauperização – o capitalismo com o tempo não produzirá o necessário à subsistência das pessoas e findará refletindo a queda do lucro e a disfunção entre trabalho humano e maquinário. Para Jaeggi a crítica em relação ao padrão funcionalista é sua generalidade, o que não permite aferir quais as reais funcionalidades de cada elemento do sistema capitalista. Assim, é tarefa árdua delimitar que o sistema capitalista não está funcionando, pois ainda não ficou evidenciada qual a função do capitalismo, e restringi-lo aos aspectos econômicos ou sociais para analisar a funcionalidade é construir uma teoria crítica insuficiente. No entanto, as autoras entendem que uma crítica ao capitalismo não deve ser puramente funcionalista, mas não se pode afastá-la.

O segundo modo de crítica é o moral ou de justiça, o qual sustenta que o capitalismo produz resultados que não podem ser defendidos moralmente, produzindo uma estrutura social injusta e pautada na exploração. No entanto, Jaeggi chama atenção, mais uma vez, para o reducionismo da crítica, uma vez que passa a argumentar que todos os problemas sociais são oriundos do capitalismo, para isso, utiliza-se de Marx, dizendo que ele não criticou o capitalismo apenas pelos aspectos morais, mas evidenciou que esse ponto é combustível para as lutas e movimentos sociais, vez que são impulsionados por suas morais. Nessa lógica, Fraser argumenta que se deve afastar um ponto de discussão apenas sobre desigualdades distributivas, como é cunhado pelo liberalismo igualitário. Dessa forma, a teoria crítica deve se voltar não só a esse ponto, mas também aos mecanismos estruturais e arranjos institucionais que as geram, concluindo que o esquema de crítica da teoria crítica seja a identificação dos males que são intrínsecos/

sistêmicos do capitalismo. Portanto, a teoria crítica não deve se concentrar na crítica moral, ainda que seja por ela influenciada. A teoria crítica preocupa-se não só com as desigualdades distributivas, mas também, e mais fundamentalmente, com os mecanismos estruturais e arranjos institucionais que as geram. A marca da teoria crítica é conectar o aspecto normativo da crítica com o teórico-social.

O modo de argumentação ético (ético-estrutural) refere-se que o capitalismo retirou a possibilidade de vida boa dos indivíduos, transformando-a em empobrecida ou alienada. O modo de vida capitalista transforma radicalmente a relação que as pessoas têm consigo mesmas, com os outros e com as mercadorias. Mas é importante frisar que essa crítica nem sempre discute ou problematiza pontos que suscitem a emancipação, visto que pode haver críticas conversadoras nessa estratégia, além de que, mais uma vez, pode não estar relacionada, em todos os aspectos, com o capitalismo.

Ademais, as autoras concluem que os elementos da crítica ética podem parecer como uma saudação ao período pré-capitalista, como sendo inteiramente bom. Dessa forma, essa estratégia é falha ao não perceber as contribuições positivas do capitalismo, ideia essa de Marx, em que o autor ressalta que houve pontos de emancipação no capitalismo, como as liberdades. Fraser entende que essa crítica seria substancial apenas se analisasse os males do capitalismo com base nas divisões entre produção/reprodução; economia/política e sociedade/natureza.

Ainda na construção de uma teoria crítica ao capitalismo, após as contribuições das abordagens supracitadas, as autoras avançam em suas críticas a partir dos valores de liberdade, historicidade e alienação.

A estrutura profunda da sociedade capitalista compromete, de forma necessária (não acidental), a participação democrática e a tomada de decisão coletiva. O capitalismo trunca a democracia ao restringir a agenda política, no momento em que questões políticas são postas em decisão no mercado. A propriedade privada do excedente social restringe a autonomia, a habilidade coletiva de assumir um papel ativo enquanto autores conjuntos de seu processo coletivo de vida. O capitalismo impede de fazer isso com o excedente da sociedade, portanto há pelos menos três ideias envolvidas no processo: participação, democracia e autonomia. Autonomia genuína requer tanto liberdade pessoal quanto coletiva. As duas estão internamente conectadas, e nenhuma pode ser assegurada na ausência da outra. O capitalismo não é apenas um sistema de exploração e expropriação, mas também um sistema de injustiça política.

Portanto, o capitalismo implica em dominação que tolhe a liberdade, as relações sociais de dominação entre classes, gêneros e raças. Assim, a dominação não pode ser reparada pela redistribuição de bens, pois somente uma mudança estrutural findaria com as opressões.

O valor da historicidade reflete sobre a negação do capitalismo de todos os bens que a sociedade produz historicamente, no momento em que decisões que impactam e constroem a vida das pessoas foi lhes retirada, como Marx entendia. E essa negação – aquilo que Hegel chamou de herança da humanidade –, inclui não apenas os meios e os produtos da produção num sentido econômico limitado, mas toda a história de nosso progresso tecnológico e de tudo aquilo que a humanidade alcançou. Nesse sentido, Fraser afirma que esse cenário permite o controle sobre as pessoas no passado, no presente e no futuro.

Em meio a essa discussão, Jaeggi introduz a ideia de alienação como uma dominação. No sentido em que não somos sujeitos da nossa própria vida e que não temos o controle sobre o mundo em que

criamos. Assim, a inabilidade de estabelecer uma relação com os outros seres humanos, com coisas, com instituições sociais e, portanto, também conosco cria um tipo específico de impotência, de tal forma que os indivíduos são transformados em objetos passivos à mercê de forças desconhecidas, sendo um obstáculo à liberdade social.

É nessa lógica de argumentação e discussão que Jaeggi propõe que a crítica em construção seja uma crítica imanente da crise – quarta abordagem – vez que o capitalismo produz contradições profundas e não alcança suas promessas, sendo essas fontes de crises. Fraser, por sua vez, entende duas grandes contradições do capitalismo, motivos esses de crise inerente. A primeira diz respeito que as divisões que constituem o capitalismo são antagônicas, uma vez que a economia precisa, mas ao mesmo tempo desestabiliza os elementos do plano de fundo, constituindo as contradições interdomínio. A segunda é a contradição normativa, em que as pessoas introduzem um padrão mínimo de vida boa, que deve ser assegurado pelo Estado, mas com a evolução capitalista percebem o desaparecimento desses mínimos para viver. Assim, ambas produzem crises.

Para melhor entender as suas críticas ao sistema, as autoras esclarecem ainda mais sobre o primeiro plano – econômico – e o plano de fundo – sociedade –, no momento em que não se deve entender o primeiro como essencialmente ruim e livre de normas, assim como não se pode atribuir ao segundo apenas bons elementos e normas devidas para organização da vida. Fraser afasta essa ideia, falando que há elementos do plano de fundo opressores, como as dominações, as hierarquias e as exclusões, e que certos aspectos do econômico podem ser emancipatórios, como a liberdade. Por isso, critica a teoria de Polanyi dizendo que o autor criou uma estrutura de que a sociedade fora da economia é boa, mas que a sua interferência faz da vida ruim, como uma visão reduzida e maniqueísta.

Para Fraser, contradição e crise dizem respeito sobre as relações entre os domínios e sua estrutura de divisão, dependência e denegação. O capitalismo divide institucionalmente a política da economia, a produção da reprodução e a sociedade humana da não humana. Essas divisões são oriundas do capitalismo, não existiam antes e a economia depende delas. Aqui percebe-se o aspecto de dependência, dessa forma, qualquer abalo nessa relação impõe uma crise. Por fim, a denegação estabelece que essa dependência da economia ao plano de fundo é negada pelo capitalismo, como se o plano de fundo não tivesse valor, sendo tratado como um brinde gratuito para a consolidação capitalista. Dessa forma, esses três elementos geram necessariamente crise, sendo inerentes ao capitalismo.

Após a sua estruturação de crítica ao capitalismo, como sendo a crítica imanente da crise a que melhor compreendeu as concepções das autoras, o capítulo encerra-se esclarecendo como uma sociedade percebe momentos de crise, no sentido de que se precisa compreender dentro da sociedade um movimento/uma dinâmica de crise. Fraser reforça a ideia, argumentando que não se deve divulgar que o capitalismo está em crise em um plano teórico, mas a realidade demonstra a manutenção das funcionalidades. A dinâmica e a percepção de crises geram comoção dos movimentos sociais. Assim, o capítulo finda com a ideia de que a superação de uma crise somente é emancipatória se não retrocede aos problemas anteriores.

Contestando o Capitalismo

O último capítulo objetiva compreender que a visão expandida do capitalismo apresentada pelas autoras, implica uma visão complexa da luta social na sociedade capitalista. Isso porque a ideia marxista tradicional era que, na sociedade capitalista, a luta de classe era a forma de conflito mais característica e potencialmente emancipatória. Fraser explica que hoje somos confrontados com as chamadas lutas de fronteira, uma visão que decorre de sua concepção do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada, o que implica em um espectro mais amplo de contestação social, para além da perspectiva econômica.

Fraser explica os três modos pelos quais a visão do capitalismo, como ordem social institucionalizada, enriquece a compreensão das lutas sociais. Primeiramente, tal concepção revela outros eixos de dominação que não os de classe. Como exemplo, a dominação de gênero, que está inscrita na separação institucional entre produção e reprodução, bem como, que a dominação nos eixos de raça, nacionalidade e cidadania está inscrita em suas separações entre exploração e expropriação e entre centro e periferia.

Isso porque o sistema capitalista, enquanto ordem social institucionalizada, fundamenta-se em divisões de primeiro plano/plano de fundo, de modo que as lutas contra racismo, imperialismo e sexismo correspondem a formas de dominação que se afiguram enquanto tão reais e arraigadas na sociedade, quanto àquelas relacionadas as lutas de classe. Ou seja, desse primeiro ponto de vista, revela a importância de lutas sociais em torno de outros eixos de dominação além das lutas de classes.

Essa compreensão, todavia, fica ainda mais complexa quando se insere uma segunda ótica, que coloca em dúvida a definição ‘padrão’ de “luta de classes”. Na visão marxista ortodoxa, a luta está centrada no conflito entre trabalho e capital, – enquanto trabalho é reduzido ao assalariado, em especial, às fábricas industriais – o lugar icônico dessa luta é o ‘ponto da produção’, perfazendo-se ali a mais avançada consciência de classe e o mais profundo desafio ao capitalismo, com maior potencial de transformação social emancipatória.

Fraser entende essa visão como problemática, dada a exclusão das lutas em torno do trabalho não assalariado e expropriado, lutas essas que não são consideradas de ‘classe’, bem como, os sujeitos que as desempenham não são considerados trabalhadores.

Fraser, em contraposição aos “terrenos ocultos” que fundamentam o trabalho assalariado, compreende as pessoas sem posses empregadas nesses domínios enquanto “trabalhadores”, cujas lutas também devem ser vistas como de classe. Isso vale para aqueles que repõem e reproduzem a força de trabalho da qual a exploração depende, para aqueles que cultivam os recursos confiscados e direcionados para a acumulação e para aqueles que sustentam *habitats* e naturezas históricas dos quais depende a produção de mercadorias.

Essas lutas acontecem às margens dos pontos de produção e são moldadas por eixos de dominação, como gênero e raça. No entanto, são frequentemente dirigidas contra parcelas da classe capitalista e de seus agentes políticos e dizem respeito a processos que contribuem para a mais-valia. Assim, compreendido de forma ampla, o capitalismo abarca uma visão expandida de “classe trabalhadora” e uma compreensão alargada de “luta de classes”.

Ainda, segundo Fraser, há um terceiro modo pelo qual a visão de lutas de classe é expandida.

Inspirada em parte, por meio do pensamento de Karl Polanyi, alocam-se as fronteiras institucionais constitutivas do capitalismo como prováveis lugares e temas de lutas. O que Fraser denomina “lutas de fronteira”, por sua vez, não emerge de dentro da economia, mas nos pontos em que a produção encontra a reprodução, a econômica encontra a política e a sociedade humana encontra a natureza não humana, dessa forma, de encontro com o plano de fundo. Essas fronteiras, constituem focos de potencial crise e, por sua vez, são tanto lugares como temas de lutas; são localizações em que o conflito emerge e objetos da própria contestação, estando profundamente ancoradas no próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, não podendo ser vislumbradas ou negligenciadas como secundárias ou ainda superestruturais.

Diante desses três aspectos, entende-se a importância de uma visão ampliada da luta social na sociedade capitalista, por um lado, múltiplas formas de conflitos sociais, estruturalmente ancoradas, ao menos em princípio, que se apresentam enquanto respostas à crise do capitalismo e potenciais fontes transformativas. De outra sorte, são lutas heterogêneas que não harmonizam ou não convergem automaticamente em trajetória única. Assim, essa visão ampla do capitalismo traz consigo perspectivas expandidas e desafios intensificados.

O conceito de “lutas de fronteira” não corresponde, por sua vez, nem a adições nem a substituições de lutas de classe em sentido limitado. Ao contrário, pertence ao mesmo quadro conceitual tal qual uma visão expandida de luta de classes. Lutas de fronteira sobrepõem-se e entrelaçam-se com as lutas de classe em sentido amplificado, assim como, se sobrepõem e se entrelaçam com lutas de gênero e da opressão racial. Partindo dessa premissa, uma mesma luta social, deve ser observada a partir dessas duas perspectivas: para além da lente da classe, há características estruturais e institucionais com as quais as várias formas de dominação estão entrelaçadas e se organizam. Para além da perspectiva de fronteira, precisa-se enxergar as linhas sociais problemáticas e as relações de dominação originadas por essas divisões institucionais.

Fraser aponta duas respostas distintas ao crescente enfraquecimento da fronteira entre reprodução social e produção econômica, empreendido pelo capitalismo financeirizado. De um lado, tem-se o espectro da classe pobre e trabalhadora, que se vincula a empregos de longas horas e mal remunerados, ocasionando-se o distanciamento desses sujeitos das conexões sociais e da reprodução de uma vida considerada minimamente boa ou sequer humana. De outra parte, as respostas do estrato profissional-gereencial corporificam a variante afluente da família com dois assalariados, na qual mulheres qualificadas seguem profissões que exigem muito, enquanto repassam seu trabalho tradicional de cuidado para mulheres não brancas ou ainda imigrantes. Como resultado, tem-se a organização dual da reprodução social: mercantilizada para quem paga e privada para quem assim não pode.

A proposta é apresentar a contestação social com uma ligação de lutas de classe e lutas de fronteira. Unir, juntamente às lutas de classe, lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo é, de fato, encarar o capitalismo de modo complexo e como uma ordem social institucionalizada, como Fraser estabelece. A luta de fronteira é maior do que a percepção tradicional de contestação do sistema e carrega consigo violações, injustiças e opressões tão profundas quanto as de classe, sendo combustível a mais para uma transformação emancipatória. As lutas de fronteira não emergem de dentro da economia, mas sim nos pontos em que as divisões constitutivas do capitalismo se entrelaçam.

Essas lutas devem se imbricar para um projeto transformador, mas não podem ser vistas de forma

separadas. As lutas de classes não podem ignorar as violências produzidas no plano de fundo, assim como as lutas de fronteiras não podem esquecer as dominações que são produzidas pela necessidade de produção, economia e aspectos sociais defendidos nas lutas de classes. Assim, devem se interconectar. As lutas de fronteiras respondem à tendência inscrita na economia capitalista de desestabilizar as próprias condições de possibilidade não econômicas de fundo: reprodução social, poder público, naturezas suscetíveis e planeta habitável.

Retoma-se, neste intervalo, o exemplo da dominação gênero e classe, no qual, o elemento de classe está fortemente ligado com o gênero presente na divisão sexual do trabalho – produção e reprodução – que foram sendo remodeladas ao longo da existência capitalista. Divisão esta que também é atravessada por recortes de raça, etnia e nacionalidade. Outrossim, dizer que existe um problema *crucial* de classe, não significa reduzir esta complexa rede ao problema real, enquanto raça e gênero ficariam como epifenômenos, de modo que o inverso também é válido.

Jaeggi suscita possibilidades de dimensões nas lutas de fronteira que não têm como ser abarcadas pelo vocabulário da classe, haja vista que não seriam traduzidas enquanto *lutas de classe per se*. Fraser retorna ao terceiro capítulo no intuito de explicar a existência de múltiplas razões de crítica ao capitalismo e às suas separações institucionalizadas. Um dos motivos sublinhados pela autora diz respeito à classe, ou seja, a premissa de que o sistema capitalista possui estruturas de dominação normativamente injustificáveis em torno de linhas de classe, mas também em outros eixos que se interconectam, como gênero, raça, etnia, nacionalidade. Trata-se da crítica “moral” ao capitalismo, que tem como cerne, sua injustiça ou incorreção.

Porém, há outras duas razões, segundo a autora, que não dizem respeito a classe ou relações de dominação. Primeiramente, o modo capitalista de organizar a vida social configura-se enquanto inerentemente propenso à crise em várias dimensões: ecológica, econômica, política e social – pode-se chamar de crítica funcionalista ao capitalismo –, ainda, em segundo, o capitalismo sujeita a todos e não só os dominados à força cega e coercitiva do valor, todos nós somos privados de nossa liberdade – essa segunda crítica, fundada na “liberdade”. Nenhuma das críticas apontadas dizem respeito explicitamente à classe, ou ainda, em espectros de raça e gênero, parte-se do pressuposto que crise e heteronomia afetam a todos. Ainda assim, compreendem em si dimensões de classe, raça e gênero, pois é sobre estes que recai de forma mais latente a crise.

Ambas as autoras criticam uma concepção “essencialista” das fronteiras, Fraser afirma que uma sociedade sem classes seria objeto de maiores discordâncias, desacordos e conflitos entre os participantes. Essa sociedade promoveria muito mais questões sobre as quais discordar como, por exemplo, a relação com a natureza não humana, organização do trabalho, sua relação com família, vida em comunidade e organização política. Esses conflitos ficariam ainda mais explícitos, sem as forças de mercado agindo furtivamente, e teriam que ser resolvidos de modo democrático. Esse é o ponto fundamental, eis que as estruturas do capital removem essas condições de contestação e da resolução democrática, os debates são distorcidos e contaminados. Então, uma alternativa pós-capitalista não eliminaria os desacordos, mas promoveria termos muito mais adequados para processá-los e resolvê-los.

Ainda assim, fica em aberto o que seria uma alternativa pós-capitalista; a teoria crítica não pode decidir isso previamente, de toda sorte, algumas coisas estão claras: nenhuma solução pode ser aceitável

se vier pelas costas de qualquer estrato identificável da população, seja este definido por raça, gênero ou qualquer outra forma de dominação. Em segundo, a relação entre política e economia é crucial e deve ser vista com cuidado porque essa divisão, segundo Marx, opera para proteção do próprio capital em uma sociedade burguesa.

A esquerda, segundo a autora, precisa prestar mais atenção na resolução desses problemas, dessas divisões; elas precisam ser reimaginadas de modo a se desvincularem da dominação, aumentar a autonomia coletiva, e tornar as formas de vida que estruturam menos antagônicas umas frente às outras.

A discussão do capítulo passa então a focar na natureza das lutas de fronteira, e como estas se comportam ante as esferas institucionalizadas capitalistas. Fraser compreende que as lutas de fronteiras afiguram-se em várias modalidades, podendo ser *defensivas* visando repelir uma invasão ou incursão, aparecendo em casos em que as pessoas estão mais ou menos satisfeitas com um arranjo existente ou passado, que está sendo erodido e se encontram, por sua vez, encurraladas, estas visam reestabelecer ao *status quo ante*. Há também, lutas *ofensivas*, que tentam não somente defender uma antiga fronteira, mas sim empurrá-la um pouco mais na outra direção, de modo a trazer assuntos tratados antes como econômicos, para o domínio do político.

As lutas podem ser *afirmativas* ou *transformadoras*, a primeira delas, refere-se a lutas cujos defensores supõem que dada fronteira institucional deva existir mais ou menos em sua forma presente, embora insistam que em sua alocação incorreta. Em contraposição, as segundas entendem que o problema não é tão somente a localização da fronteira, mas sim, sua própria existência. É a ambição de alteração da estrutura profunda dos arranjos, ou ainda, a abolição das fronteiras como um todo.

Essa distinção pode aprofundar-se ainda mais, quando pensamos na possibilidade de “reformas não reformistas”³, ou seja, reformas que embrionariamente pareciam modestas e visavam mais espaço para políticas democráticas, e que, com o passar do tempo, podem colocar em ação uma lógica democratizante que ganha velocidade levando, por vezes, a uma transformação importante da ordem estrutural-institucional do capitalismo.

Fraser alerta para o fato de que algumas demandas transformadoras podem ser bastante repulsivas, à exemplo de estados fascistas; com isso pretende demonstrar que avaliações normativas dependem de outras considerações, por exemplo, se revisões propostas diminuiriam ou mitigariam a dominação, aumentariam a liberdade e promoveriam o tipo correto de seguridade social.

Ainda, desaconselha a liquidação completa das fronteiras do capitalismo e enfatiza a necessidade da militância por um novo modelo de elaboração de fronteiras, mais democrático, apoiando-se na multiplicação de possibilidades. Isso porque, atualmente, o capitalismo já faz essas escolhas pelos indivíduos, questões que foram retiradas sistematicamente das mãos daqueles que compõe a sociedade, de modo que, parte do que significa ter um pensamento mais radical ou transformador sobre a crise atual é alçar a questão das fronteiras a um nível mais elevado de consciência e autodeterminação coletiva.

As lutas de fronteiras, constituídas por uma variedade de formas, revelam as bases estruturais dos

³ Expressão de André Gorz para lutas que são afirmativas com base em critérios rigorosos, mas que dão origem a efeitos transformadores, pois alteram relações de poder.

eixos de dominação que não o da luta de classe, como as dominações de gênero, raça, nacionalidade e cidadania. Desse modo, como ordem social institucionalizada, o capitalismo está ancorado sobre a construção e a transgressão de fronteiras. Disso se segue que qualquer política que busque reformar, rejeitar ou superar o capitalismo tem de priorizar e dar centralidade à questão de fronteira.

Na construção de uma luta social emancipatória, Fraser desenvolve três *critérios normativos* para distinguir demandas emancipatórias em relação às fronteiras do capitalismo, que são utilizados em conjunto. O primeiro deles, não dominação, originadas das separações institucionais do capitalismo, o que resulta em opressão de gênero, raça-etnia e classe. Nenhuma contestação normativa emancipatória do sistema pode reforçar ou exacerbar essas dominações. O segundo critério é o de sustentabilidade funcional, em que as propostas transformadoras devem observar o desenvolvimento sustentável, não podem desestabilizar ou aniquilar as suas condições de existência. Por fim, o terceiro critério normativo é a democracia, que requer a participação popular para refletir, questionar, criticar e aceitar as mudanças. Assim, a mudança estrutural pretendida confronta o poder dominante e, para isso, requer um contrapoder, que se estrutura por uma organização democrática. Os critérios, por sua vez, têm que ser usados conjuntamente. Qualquer proposta de transformação estrutural, deve satisfazer os três.

Desta forma, os critérios invocados por Fraser, longe de serem independentes ou externos, estão numa relação de imanência com a sociedade capitalista, de imbricação, mesmo que também, tenham a capacidade de apontar para além dela. As autoras passam a analisar os critérios a partir de movimentos sociais efetivamente existentes como o anarquismo, Fraser critica as formas de neoanarquismo atuais, alertando para o fato de que estes não preenchem os três critérios, à exemplo do funcionalista, citando que o movimento *Occupy Wall Street*, não seria uma opção sustentável por muito tempo, ainda, não cumpre o critério de não dominação, considerando que o movimento privilegia aqueles que dispõem de tempo para acompanhar as assembleias e atos.

As autoras debatem sobre escolha do controle democrático sobre o excedente social, como um tipo de socialismo possível, estabelecendo-se relação profunda entre economia e democracia. Se indivíduos estão diretamente envolvidos nas decisões sobre o que é e como é produzido determinado bem, há uma nítida transformação da economia de dentro para fora, o que traduz uma transformação do próprio sentido do capitalismo como é hoje concebido.

O termo pós-crescimento não significa que a sociedade não deva crescer, ou ainda, encolher, contrariamente, a premissa é que a sociedade não deve ser construída sobre um imperativo necessário de crescimento, operando como uma necessidade cega ou irresistível força da natureza, que esvazia a possibilidade de escolha dos indivíduos sobre crescer ou não. Diferente de um cenário capitalista, a questão real sobre o decrescimento ou pós-crescimento, não é o quanto se produz, e sim o que se produz, como e para o benefício de quem. Tais questões *qualitativas* são o cerne do problema, não podendo a sociedade ser confinada a uma escolha meramente quantitativa sobre crescer ou não crescer.

Jaeggi alerta para o fato que a ideia de socialismo como controle democrático do excedente social pode não ser compatível com alguns movimentos indígenas e que não pretende endossar críticas exageradas que insistem que todas as ideias recebidas sobre igualdade e não dominação fazem parte de uma tendência imperialista de uniformizar formas de vidas, mas que uma solução adequada não pode

substituir uma assimetria colonialista por outra, trazida pela restrição da análise e do juízo, com objetivo de evitar etnocentrismo.

Fraser compreende a necessidade de um debate real igualitário, a fim de fomentar o diálogo transcultural. Para além, faz a defesa de outros dois outros pontos: o primeiro deles, sobre a relação entre capitalismo e pluralismo cultural e como o sistema assimila esse pluralismo de modo oportunista, achatando as diferenças, culturalizando e mercantilizando estas como formas consumo ou estilo de vida. Em segundo, o poder assimétrico, a compreensão da civilização ocidental como unitária e intocada, e não estivessem imbricadas com outras forças globais.

Com relação a opressão racial e imperialista, fenômenos decorrentes da lógica conjunta e sobredeterminada do “econômico” e “político” do capital, essa lente dupla permite analisar por duas óticas, a expropriação a um só tempo como um mecanismo de acumulação e aparato de dominação, amparado nas hierarquias de *status* politicamente implementadas, essa análise é crucial, por conseguinte, para entender o contexto das lutas indígenas e pós-coloniais, bem como seu potencial emancipatório.

Fraser reconhece que o conceito de lutas de fronteira e sua formulação deve em grande parte ao pensamento de Karl Polanyie, por intermédio da ideia de “movimento duplo”, como uma luta de fronteira a partir da economia x sociedade. Entretanto, tal modelo é simplificado na medida em que nota a estrutura capitalista e seus conflitos restritos a duas possibilidades: mercantilização e proteção social enquanto antagonicos. Fraser aloca seu pensamento, de modo a entender esses conflitos capitalistas, principalmente relativos à produção e reprodução, exploração e expropriação, como um terceiro polo, de movimentos sociais analiticamente distintos denominados “*emancipação*”, no qual movimentos pela proteção social não apenas colidem com projetos de mercantilização, mas também com lutas por emancipação.

Durante muito tempo, o capitalismo articulou as “lutas” no modo *dois contra um*, *a priori*, em razão de uma aliança da mercantilização e proteção social contra a emancipação, em um dado momento esse arranjo desmoronou, e a mercantilização se uniu a emancipação, novamente as custas da proteção social, com compreensões de igualdade e liberdade fracas, meritocráticas e amigáveis de mercado, sob disfarce de bandeiras progressivas e diversidade multicultural, à exemplo do empoderamento feminino e direitos LGBTQ.

Todavia, o projeto neoliberal hoje encontra-se vacilante, por fundamentos políticos e estruturais, o que configura um ótimo momento para se vislumbrar outro cenário de “dois contra um”, no qual proteção social e emancipação unem-se em desfavor da mercantilização e financeirização desenfreadas.

Nessa conjunção de ideias, Fraser observa a onda de respostas regressivas de direita à crise atual e a relativa fraqueza das alternativas emancipatórias de esquerda, em que apresentou um declínio mundial no decorrer das últimas décadas. Ascende, a partir disso, movimentos populistas radicais de direita etnonacionalistas, aplicando seu moral racista, antimigratória, antipolítica, xenofóbica e patriarcal. Alia-se, de forma inusitada, ao neoliberalismo econômico e político, protecionismo, nacionalismo, elementos antimodernos, de valorização dos preceitos familiares tradicionais e religiosos.

Esse contexto propiciou o surgimento, também, de um neoliberalismo progressista, em que as correntes hegemônicas dos movimentos emancipatórios – feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBT – se tornaram aliados de forças neoliberais que buscavam financeirizar a economia

capitalista. Essa aliança foi transpassada por um jogo falacioso de emancipação, em que as bandeiras progressistas foram utilizadas como bons elementos para a implementação de uma estrutura regressiva de redistribuição. Para que o projeto neoliberal triunfasse, ele tinha de ganhar outra embalagem e tinha de ser vinculado a outras aspirações não econômicas de emancipação. Essa estratégia fez do neoliberalismo o novo bloco hegemônico.

Fraser alerta ainda que o neoliberalismo não é somente uma política econômica, mas também um projeto político que busca alcançar hegemonia ao montar um bloco histórico, a estratégia escolhida é justamente vincular suas políticas de distribuição plutocráticas e expropriativas a uma política de reconhecimento que alcance amplo apoio. Como segundo ponto, o neoliberalismo não é monopolítico, ao contrário tem vertentes regressivas e progressivas. A diferença está justamente no campo do reconhecimento. Ambas beneficiam o 1%, mas uma com um viés de inclusão, outra claramente não.

Por fim, a vertente progressista do neoliberalismo foi bem sucedida em se tornar hegemônica derrotando não só as formas antineoliberais, como as neoliberais reacionárias. Somente com aparência emancipatória. A grande estratégia neoliberal progressista para se consolidar foi estabelecer uma defesa falsa e superficial de igualdade e emancipação aos grupos de mulheres, LGBT, pós-racialistas, multiculturais e ambientalistas, com o seu discurso vago e econômico de empoderamento.

No entanto, essas ideias, ainda que defendidas de forma superficial, foram postas em prática de maneira ainda mais opressiva. O aspecto econômico prevaleceu e mudou a configuração emancipatória, desse modo, proteger o meio ambiente significava negociar carbono, defender a moradia significava realizar empréstimos *subprime* e igualdade significava meritocracia. O objetivo do neoliberalismo progressista não era abolir a hierarquia social, e sim diversificá-la, empoderando mulheres talentosas, negros e minorias sexuais para alcançar o topo. Esse ideal era inerentemente específico a certa classe, orientado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos subrepresentados” obtivessem posições e pagassem como iguais, junto com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe.

A crise do capitalismo financeirizado tem muito a ver com a ecologia, a democracia, a reprodução social e a organização do trabalho remunerado. Esses assuntos precisam estar no centro de qualquer política de esquerda que queira desafiar o atual regime, é urgente, nessa lógica, a associação dos movimentos de esquerda, a fim de que se tenha o engajamento sério e compromissado com as pautas de emancipação.

O liberalismo progressista começou a ser questionado por movimentos autoritários e populismos de direita que direcionam seus ataques à elite cultural liberal de esquerda e as políticas de minoria. A vitória de Trump, do *Brexit* e a força de partidos populistas de direita são emblemáticos nessa guinada. Nesse contexto, despontaram políticos reacionários no reconhecimento e regressivos na distribuição: neoliberais regressivos e populistas reacionários. Uma ferramenta para entender a estrutura interna dessas dinâmicas é o ressentimento que canaliza o sofrimento social e a indignação em direção a impulsos reacionários, autoritários e profascistas, em vez de em direção a movimentos emancipatórios. O ressentimento autoritário é urgentemente dirigido contra os culpados pela violação e dissolução da santidade do lar e pela transformação do nosso lar num lugar estranho.

Neste momento, portanto, há abertura para construção de um bloco contra hegemônico em torno

do projeto do populismo progressista, ao combinar em um único projeto a orientação econômica igualitária e pró classe trabalhadora com outra, de reconhecimento, inclusiva, e não hierárquica, essa formação teria ao menos uma chance de unir toda a classe trabalhadora e não só as parcelas historicamente associadas à manufatura e construção, que foram endereçadas por populistas reacionários e pela esquerda tradicional, mas também as parcelas de classe trabalhadora mais amplas que realizam trabalho doméstico de agricultura e de serviços, remunerados e não remunerados.

A resposta deve ser, por sua vez, não a condenação moral, mas sim a validação política, enquanto canaliza-se a raiva contra as predações sistêmicas do capital financeiro. É uma resposta que também serve para reagir contra a sugestão de alinhamento ao neoliberalismo para afastamento do fascismo. Vistos analiticamente, liberalismo e fascismo não são coisas separadas, mas duas faces interconectadas do sistema capitalista mundial. Embora não sejam equivalentes do ponto de vista normativo, ambas são produtos do capitalismo desenfreado, que desestabiliza mundos da vida e habitats em todos os lugares. Sem uma esquerda, o redemoinho do desenvolvimento capitalista só pode gerar forças liberais e contraforças autoritárias. Assim, longe de ser o antídoto do fascismo, o neoliberalismo é o seu parceiro na crise. O verdadeiro antídoto contra o fascismo é um projeto de esquerda que canalize a raiva e a dor dos despossuídos em direção a uma reestruturação social profunda e a uma revolução política democrática.

Assim, é necessário, acima de tudo, superar a gananciosa subjugação no capitalismo financeirizado, da política à economia, da reprodução à produção e da natureza não humana à sociedade humana – mas dessa vez sem sacrificar a emancipação e a proteção social. Para esse projeto há de haver uma transformação social, política, cultural e econômica que engloba, em todas as suas vertentes, projetos emancipatórios substanciais, que quebrem as correntes da economia neoliberal e com as várias políticas que a apoiaram nas últimas décadas, rejeitando-se não só as formas excludentes de etnonacionalismo, mas também as práticas individualistas e meritocráticas sob o prisma do liberalismo. É somente com a adoção combinada de uma política de distribuição igualitária bem desenvolvida, e de outra, de reconhecimento fundamentalmente inclusivo, é possível sedimentar as bases para além da construção de um bloco contra-hegemônico, a concretização de um futuro luzente.